

## IPRS – ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Criado à semelhança do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social objetiva ser um instrumento para melhorar a qualidade de vida do povo paulista, na medida em que busca facilitar uma identificação mais ágil das necessárias políticas públicas a serem implementadas nos municípios paulistas, tendo, a exemplo do IDH, o ser humano sempre no centro do processo de seu desenvolvimento.

### Breve histórico

O IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social nasceu como proposta legislativa elaborada pela Comissão de Assuntos Municipais, em fevereiro de 2001, em resposta às atividades do Fórum São Paulo Século XXI.

Tratava-se, na verdade, de uma ferramenta de planejamento para o desenvolvimento do Estado de São Paulo, pois buscava estudar os problemas existentes em nossos 645 municípios e, assim, traçar propostas que pudessem – e podem – ser implementadas, fundamentadas em diagnóstico abrangente de cada localidade.

O índice foi concebido pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade para contribuir na construção de instrumentos que aperfeiçoam a elaboração e o controle de políticas públicas.

O Projeto de Lei n. 14/2001, que se tornou a Lei n. 10.765, de 19 de fevereiro de 2001, que criou o IPRS, foi aprovado em sessão extraordinária, na noite de quarta-feira, 14 de fevereiro de 2001.

Em complemento à criação do IPRS, após o Censo Demográfico de 2000, foi elaborado pela Fundação Seade o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, com a intenção de oferecer ao gestor público e à sociedade em geral uma visão mais detalhada das condições de vida no interior do município, com a identificação e a localização espacial das áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza. O IPVS é divulgado a cada dez anos.

Na Assembleia Legislativa, o Instituto do Legislativo Paulista – ILP, por força de sua Resolução criadora n. 821, de 14 de dezembro de 2001, tem a função precípua de avaliar os resultados obtidos pela aplicação do Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS e, por consequência, o IPVS, visando propor medidas que contribuam para o desenvolvimento e a justiça social.

## **IPRS 2014**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO apresenta, nesta data, a edição 2014 do IPRS e o faz dando resposta ao trabalho realizado no Fórum Brasil Século XXI e também com o apoio do Instituto do Legislativo Paulista, em parceria com o Seade.

A finalidade que nos motiva a um estudo mais profundo dos dados compilados pelo Seade é possibilitar o desenvolvimento de políticas públicas consequentes e satisfatórias em cada um dos municípios de nosso estado.

Somos neste momento a expressão de 645 municípios buscando todas as referências necessárias e possíveis para a construção de planejamentos consequentes, que tragam o bem-estar aos cidadãos, conforto para as famílias e a construção de um futuro melhor para crianças e jovens em cada uma dessas localidades.

Dizemos que a implementação de uma política pública deve reunir de uma só vez o possível e o razoável. Os números e dados fornecidos pelos levantamentos realizados são ferramentas que constroem essa realidade, levando-se em conta o montante de recursos públicos disponíveis.

Queremos com isso simplesmente cumprir com a finalidade constitucional e política delegada ao Legislativo Paulista – qual seja a de traçar condutas consequentes, planejadas e, principalmente, democráticas que expressem a multiplicidade e não o querer de um único conceito.

Fernando Capez  
**Presidente**

Enio Tatto  
**1º Secretário**

Edmir Chedid  
**2º Secretário**

## ILP E IPRS O QUE ESTAS SIGLAS TÊM EM COMUM

O ILP – Instituto do Legislativo Paulista, criado pela Resolução n. 821, de 14 de dezembro de 2001, tem como escopo fundamental “produzir, agregar e disseminar conhecimento, contribuindo para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo e da democracia no Estado de São Paulo”. A fixação de seus objetivos está claramente prevista no Art. 1º de sua resolução criadora.

O Instituto promove debates, seminários, cursos para os servidores públicos e abertos ao público em geral e projetos para o exercício da cidadania plena; elabora e operacionaliza convênios e protocolos de cooperação técnica, podendo ainda atuar, em face de sua ampla atribuição, junto aos Departamentos de Comissões e Recursos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Funciona em sede própria, em prédio anexo ao Palácio 9 de Julho, sede do Legislativo estadual paulista.

Por meio de seus quatro eixos fundamentais, o ILP produz conhecimento multidisciplinar e atua no sentido de possibilitar a troca de experiências entre o Poder Legislativo e a sociedade:

1. *Ensino*: espaço de capacitação e disseminação de conhecimento;
2. *Pesquisa*: oferecimento de subsídios de cunho técnico-científico para orientar a ação do poder público no âmbito do estado;
3. *Cultura e educação para a cidadania*: fornecimento à população de informação e instrumental para o exercício consciente da cidadania;
4. *Comunicação institucional*: divulgação de suas ações e programas, visando estabelecer uma interlocução entre o conhecimento produzido pela sociedade e o resultado obtido por meio do debate político.

Outra relevante atribuição conferida ao Instituto está na avaliação do IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social e do IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.

O IPRS, criado pela Lei estadual n. 10.675 de 2001, como produto efetivo do Fórum São Paulo Século XXI, foi concebido pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade para contribuir na construção de instrumentos que aperfeiçoam a elaboração e o controle de políticas públicas.

Trata-se de uma ferramenta de planejamento para o desenvolvimento do Estado de São Paulo, pois busca estudar os problemas existentes em nossos 645 municípios e, assim, traçar propostas que possam ser implementadas, fundamentadas em diagnóstico abrangente de cada localidade.

Em complemento à criação do IPRS, após o Censo Demográfico de 2000, foi elaborado pela Fundação Seade o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, com a intenção de oferecer ao gestor público e à sociedade em geral uma visão mais detalhada das condições de vida no interior do município, com a identificação e a localização espacial das áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza. O IPVS é divulgado a cada dez anos.

Hoje, o IPRS se consolida como sistema confiável de indicadores sociais internacionalmente reconhecidos, sendo modelo para implementação de índices semelhantes em outros estados, como por exemplo, o Paraná, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Importante instrumento para as ações de governo, por exemplo, na seleção dos locais onde serão instaladas as divisões e atuação especial do Ministério Público estadual, na implementação de políticas públicas das secretarias de Estado, agências estaduais de fomento e regulação, para as Prefeituras e Câmaras municipais como instrumento de gestão que possibilita o estabelecimento e a cobrança de metas, permite a correção de rumos de trabalho, balizando o administrador nas suas ações presentes e futuras, sem perder de vista o ser humano e sua qualidade de vida.


Assim, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio do seu Instituto do Legislativo Paulista atuando na tradução das informações obtidas nesta verdadeira fotografia gerada a partir da classificação dos indicadores do IPRS, disponibiliza à sociedade e aos formuladores de políticas públicas a nova edição do IPRS, ano 2014.

Com isso, o ILP cumpre uma das suas funções institucionais, juntamente com o Seade, fortalecendo os mecanismos de utilização dessa poderosa ferramenta, para além de ações governamentais, indo incrementar a participação popular, o controle social dos gastos públicos e a eficiência do Estado em todas as suas esferas de poder, viabilizando a produção de novas reflexões que possam enriquecer e ampliar nossa compreensão sobre as políticas públicas e o desenvolvimento e o crescimento humanos nos municípios paulistas.

Professora Doutora Patrícia Rosset  
**Diretora Presidente**

Desirée Sépe De Marco  
**Diretora Executiva**

Eugenia Netto de Andrade Silva Sahd  
**Diretora Executiva**



A Fundação Seade, em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio do Instituto do Legislativo Paulista – ILP, apresenta a oitava edição do *Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS*, ferramenta estratégica de avaliação e planejamento da gestão pública, com grande utilização tanto pelos gestores estaduais quanto municipais. Criado há 14 anos, o indicador tem como objetivo principal avaliar a evolução da qualidade de vida nos municípios paulistas e fornecer subsídios aos formuladores de políticas públicas.

O IPRS é um indicador inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e exprime, sinteticamente, um conjunto de dimensões para mensurar as condições de vida da população. Assim, consideram-se as dimensões riqueza, longevidade e escolaridade, de forma a caracterizar a posição de determinada unidade territorial (município, Região Administrativa, Estado) de acordo com sua situação em cada dimensão e também dentro de uma tipologia elaborada a partir da combinação dessas dimensões.

Em 2012, data de referência desta edição do IPRS, o Estado de São Paulo atingiu a marca de 46 pontos no indicador de riqueza, um avanço de um ponto em relação a 2010, o que reflete a estabilidade da economia paulista no período.

Em longevidade, o Estado chegou a 70 pontos, com aumento de um ponto em relação a 2010, que expressa a relativa estabilidade nos quatro componentes dessa dimensão, embora com tendência de redução em todos eles no período: a taxa de mortalidade infantil diminuiu de 12,0 para 11,5 óbitos por mil nascidos vivos; a taxa de mortalidade perinatal se manteve em 13,3 óbitos por mil nascidos; a taxa de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos variou de 1,35 para 1,33 óbito por mil habitantes nessa faixa etária; e a taxa de mortalidade da população de 60 a 69 anos passou de 16,6 para 16,1 óbitos por mil pessoas nesse grupo de idade.

Em escolaridade, o Estado atingiu a marca de 52 pontos em 2012, um incremento de quatro pontos em relação a 2010. A melhora no indicador estadual reflete a maior cobertura da pré-escola, o avanço no desempenho do primeiro ciclo do ensino fundamental e a melhora no fluxo escolar no ensino médio. Verificam-se, no entanto, comportamentos bastante distintos entre regiões e entre os municípios, indicando que o desafio do avanço educacional envolve a criação de mecanismos que permitam gerir melhor redes de ensino que são, em alguns casos, muito grandes e complexas. Tal desafio está colocado tanto para os governos municipais, responsáveis pela educação infantil e pelos anos iniciais do ensino fundamental, quanto para o governo estadual, que administra o ensino médio e a maior parcela dos anos finais do fundamental.

Enfim, essas diversas dimensões, consideradas em seus recortes específicos, fornecem um conjunto valioso de subsídios para orientação das ações dos gestores, de forma que as escolhas de políticas públicas sejam mais bem entendidas e direcionadas. Esta é a principal razão de ser deste projeto e uma das grandes contribuições da Assembleia Legislativa e da Fundação Seade para os cidadãos do Estado de São Paulo.

Maria Helena Guimarães de Castro  
Diretora Executiva da Fundação Seade